

EM MEIO AO DOMÍNIO MASCULINO

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA INTERNACIONAL

SOBRE MULHERES NA POLÍTICA



Marcella Barbosa Miranda Teixeira*
Carolina Maria Mota-Santos†

Resumo: Este artigo tem como objetivo a realização de uma revisão sistemática da produção científica internacional sobre mulheres na política, para entender como é estudada essa temática e fomentar futuras pesquisas para a área de administração. As bases de dados consultadas foram *Scopus* e *Web of Sciences*, utilizando os descritores “mulher na política” e “mulheres na política”. Foram encontrados 76 artigos nas bases, dos quais 42 foram selecionados de acordo com os critérios de elegibilidade. Como resultado, ficou evidenciado que as pesquisas sobre as mulheres na política estão aumentando internacionalmente e que são múltiplas as abordagens, os contextos e categorias temáticas que podem ser estudadas nesse ambiente ainda dominado pelos homens.

Palavras-chave: mulheres na política; sub-representação; revisão sistemática; literatura internacional.

IN THE MIDDLE OF MALE DOMAIN: A SYSTEMATIC INTERNATIONAL REVIEW OF WOMEN IN POLITICS

Abstract: This article aims to conduct a systematic review of international scientific production on women in politics, to understand how this topic is studied and to encourage future research for the administration area. The databases consulted were Scopus and Web of Sciences, using the descriptors “women in politics” and “women in politics”. 76 articles were found in the databases, of which 42 were selected, according to the eligibility criteria. As a result, it became clear that research on women in politics is increasing internationally and that there are multiple approaches, contexts and thematic categories that can be studied in this space still dominated by men.

Keywords: women in politics; underrepresentation; systematic review; international literature.

* Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas (2022). Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET/MG (2018). Atualmente é Secretária Executiva do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do Núcleo de Estudos em Recursos Humanos e Relações de Trabalho (NERHURT) do PPGA da PUC Minas.

† Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Fundação Dom Cabral (2012). Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Fundação Dom Cabral (2007). Atualmente é professora do PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas e professora Adjunto IV da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de MG. Líder do NERHURT – Núcleo de Estudos em Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Programa de Pós-graduação em Administração.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres iniciaram a vida na política, principalmente pela luta dos movimentos feministas, em princípio graças à luta e à pressão das feministas sufragistas. Esse movimento abriu espaço para as mulheres na vida pública (Vaz, 2008; Pinto, 2010).

Porém, Mota e Biroli (2014) afirmam que esse cenário de necessidade de luta das mulheres para atuação na vida pública trouxe como consequência a sub-representação de mulheres na política, pela herança histórica da divisão sexual do trabalho e dos papéis desempenhados por mulheres e homens na sociedade.

Atualmente, as mulheres são minoria nos parlamentos do mundo (Vaz, 2008; Oliveira, 2014; Reyes; Álvarez, 2016; Folke; Rickne, 2016; Rodal; Fierres, 2018; Ibge, 2021) e continuam a enfrentar vários obstáculos em sua luta por maior igualdade política (Barrow-Giles, 2015). Elas constituem mais da metade da população do mundo, mas sua representação na arena política tem sido consistentemente e significativamente menor em comparação aos homens (Opoku; Anyango; Alupo, 2018).

Ou seja, apesar do notável progresso nas últimas décadas, alcançado pela luta dos movimentos feministas, as mulheres continuam sub-representadas na política, além de enfrentar discriminação nessa arena (Baskaran; Hessami, 2018). De acordo com IPU (2019) e UN Women (2019), ainda são poucos os países do mundo que possuem uma representação maior ou mais equitativa de mulheres.

De acordo com Almeida (2018), era de se esperar que o processo de democratização trouxesse a igualdade de direitos e a representação para homens e mulheres, fato que ainda não aconteceu. Com isso, as mulheres têm seu papel ainda invisível nesse ambiente, pois a política tem sido historicamente considerada uma atividade masculina e dos homens (Susilo; Sugihartati, 2019; Biroli; Quintela, 2021).

Diante da importância da atuação das mulheres na política e da sua sub-representação nesse ambiente, este artigo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da produção científica internacional sobre mulheres na política, para entender como é estudada essa temática e fomentar futuras pesquisas para a área de administração.

2 MÉTODO

A revisão sistemática foi realizada por meio da busca nos bancos de dados eletrônicos de artigos científicos *Scopus* e *Web of Science* sobre as mulheres na política no período de 2015 a 2020. A estratégia de busca pelos artigos utilizou os descritores na língua inglesa: “*women in politics*” (mulheres na política) ou “*woman in politics*” (mulher na política).

A escolha pelos bancos se deu pela abrangência de indexação das bases, e a delimitação temporal se justifica pela necessidade de identificar como a temática é tratada atualmente. Os critérios de elegibilidade foram: temática – artigos internacionais que tratam sobre mulheres na política; produção do tipo – artigo ou revisão; período da publicação – 2015 a 2020; idioma dos artigos – inglês ou espanhol.

Cada plataforma possui uma diferente forma de busca. No *Scopus*, selecionou-se a busca para documentos, nos descritores utilizou-se “*women in politics*” ou “*woman in politics*”, no título do artigo, resumo e palavras-chaves. Na aba limites, selecionou o período de publicação do artigo: 2015 a 2020. No filtro tipo de documento: artigo ou revisão, e no tipo de acesso: acesso aberto. Na busca foram encontrados 33 artigos.

Na base *Web of Science*, foi realizada a busca no item pesquisa básica. Utilizaram-se os descritores no tópico item: “*women in politics*” ou “*woman in politics*”, pesquisando no título, resumo, nas palavras-chave do autor e no keywords Plus. Selecionou-se o período de 2015 a 2020 no tópico tempo estipulado. Após realização da pesquisa, foram selecionados os filtros: artigos como tipo de documentos e acesso aberto. Foram encontrados 43 artigos nessa base.

Na segunda fase, foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos artigos selecionados na primeira fase. Foram excluídos os artigos que não atendiam aos critérios de elegibilidade no quesito idiomas do artigo, sendo 04 artigos no *Scopus* e 09 artigos no *Web of Science*. Foram realizadas a exclusão dos artigos em duplicidade, em um total de 14 artigos. Assim foram selecionados 49 artigos.

Na terceira fase, realizou-se a leitura completa dos 49 artigos e foram excluídos os artigos que não se enquadravam na temática proposta: mulheres na política, sendo 07 artigos excluídos. Desse modo, foram selecionados para

a pesquisa 42 artigos nas duas bases de periódicos. A Figura 1 apresenta a sistematização desse processo:

FIGURA 1 Fases de seleção do *corpus* da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 2 apresenta o *corpus* da pesquisa e mostra que há uma concentração no número de artigos nos anos de 2018 (15 artigos) e 2019 (12 artigos). Os estudos são variados e mostram a realidade de vários países do mundo. Porém verifica-se que a autora Krook apresenta cinco estudos sobre violência contra mulheres na política, podendo ser considerada como referência no assunto.

3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Para a análise dos dados, foi realizada novamente a leitura dos 42 artigos encontrados. Eles foram divididos em 04 categorias, de acordo com a familiaridade das temáticas abordadas nos estudos sobre mulheres na política, afim de melhor organização dos dados da pesquisa.

4 PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA

A primeira categoria traz artigos que abordam acerca da participação das mulheres na política. É a temática que concentra o maior número de artigos.

As pesquisas encontradas analisaram a representação das mulheres na política de vários países, como: Ucrânia (Antoniuk, 2015), Sérvia (Bogdanović, 2016), países do Caribe Anglófono (Barrow-Giles, 2015), países da Ásia (Inguanzo, 2016), Croácia, Eslovênia e países da União Europeia (Felger; Lesinger; Tanta, 2017), Portugal (Almeida, 2018), Quênia (Opoku; Anyango; Alupo, 2018), Alemanha (Baskaran; Hessami, 2018), Japão (Suzuki; Avellana, 2018), Índia (Jensenius, 2016; Kalaramadam, 2018), Senegal (Riley, 2019),

FIGURA 2 *Corpus da Pesquisa*

Autores	Título do Artigo	País/Região	Ano
Barrow-Giles	Beyond the status quo, centring women in the Westminster system in the Commonwealth Caribbean: a preliminary analysis	Barbados	2015
Antoniak	A new vision of Ukrainian politics or another political trick: reflections on the role of the electoral quota for women in Ukraine and its results	Ucrânia	2015
Maille	Feminist Interventions in Political Representation in the United States and Canada: Training Programs and Legal Quotas	Estados Unidos e Canadá	2015
Villagra	De resistentas a presidentas: la procelosa participación de la mujer paraguaya en la política y la emergencia del movimiento político feminista Kuña Pyrenda	Paraguai	2015
Bogdanović	WOMEN IN POLITICS – The case of Serbia	Sérvia	2016
Inguanzo	Las mujeres en las esferas políticas asiáticas	Ásia	2016
Jensenius	Competing Inequalities? On the Intersection of Gender and Ethnicity in Candidate Nominations in Indian Elections	Índia	2016
Krook & Sanin	Gender and political violence in Latin America: concepts, debates and solutions	América Latina	2016
Krook & Sanin	Violence Against Women in Politics: A Defense of the Concept	-	2016
Piscopo	State Capacity, Criminal Justice, and Political Rights Rethinking Violence against Women in Politics	América Latina	2016
O'Neill, Savigny & Cann	Women Politicians in the UK Press: Not seen and not heard?	Inglaterra	2016
Treviño & Bonfiglio	Desigualdad de género en la política mexicana	México	2016
Aygin	Social Norms and Women in the Labor Force	Estados Unidos	2017
Felger, Lesinger & Tanta	Discrimination of women in management positions in politics in Croatia - The case of political participation in government management between 1990 and 2016	Cróacia	2017
Zemojtel-Piotrowska et al.	Corruption and Sexual Scandal: The Importance of Politician Gender	Polónia	2017
Almeida	Women Mayors in Portugal: A Case Study in Political Representation and Citizenship	Portugal	2018
Anyango, Alipo e Opolu	Women in Politics in Kenya: an Analysis of Participation and Barriers	Quênia	2018
Ballington	Turning the Tide on Violence against Women in Politics: How Are We Measuring Up?	Estados Unidos	2018
Baskaran & Hessami	Does the Election of a Female Leader Clear the Way for More Women in Politics?	Alemanha	2018
Kalaramadam	Presence into Participation and Representation: Gender Quotas in Local Governance in India	Índia	2018
Krook	Violence against Women in Politics: A Rising Global Trend	Estados Unidos	2018
Kuperberg	Intersectional Violence against Women in Politics	Estados Unidos	2018
Krook	Westminster Too: On Sexual Harassment in British Politics	Inglaterra	2018
Norocel	Antifeminist and "Truly Liberated": Conservative Performances of Gender by Women Politicians in Hungary and Romania	Hungria e Romênia	2018
Rajaratnam & Rycker	From Gender Stereotyping to Constructing Political Identity: Changes in Malaysiakini's Portrayal of Women Candidates during Malaysia's 2008 and 2013 General Elections	Malásia	2018
Sanin	The Law and Violence against Women in Politics	América Latina	2018
Suzuki & Avellaneda	Women and risk-taking behaviour in local public Finance	Japão	2018
Turska-Kawa & Olszanecka-Marmola	Stereotypes Determining Perceptions of Female Politicians: The Case of Poland	Polónia	2018
Jabar et al.	Women's Participation in Politics as Represented in the Novel "In Praise of Hatred"	Síria	2018
Rodal & Fuertes	The personal is political: a baby in the session of constitution of the general courts. The television treatment of the case of Carolina Bescansa and her son	Espanha	2018
Bejarano	Derechos políticos de las mujeres: una incipiente acción afirmativa en Costa Rica	Costa Rica	2019

Fonte: Dados da pesquisa.

países muçumanos da Ásia Central (Moniruzzaman; Farzana, 2019), países europeus (Goddard, 2019) e Peru (Schmidt, 2020).

A partir dos estudos analisados, verificou-se que, mesmo com a introdução de políticas institucionais para maior participação das mulheres, como as cotas eleitorais, não houve resultados visíveis ou mudanças nas estruturas dos sistemas políticos dos países. Dessa forma, para Barrow-Giles (2015), apesar da assinatura de vários tratados internacionais de equidade de gênero, os países falharam em criar políticas institucionais para o aumento da participação das mulheres na política.

As pesquisas mostraram que a política é considerada como um ambiente dominado pelos homens e caracterizado pela segregação sexual (Barrow-Giles, 2015; Opoku; Anyango; Alupo, 2018). A partir disso, percebeu-se que grande parte dos países ainda possuem valores patriarcais, limitando os acessos das mulheres nos espaços políticos (Bogdanović, 2016; Opoku; Anyango; Alupo, 2018).

Nesse sentido, Felger, Lesinger e Tanta (2017) verificaram que a razão para a baixa participação das mulheres se dá pelo papel tradicional que as mantém longe dos espaços de poder político. Mesmo as mulheres que participam da política são ainda as principais responsáveis pelas atividades do lar e com a família (Bogdanović, 2016).

Apesar de ser evidente a evolução dos direitos das mulheres, ainda há um longo caminho a ser conquistado para a equidade de gênero na política, já que a representação das mulheres ainda é muito baixa (Almeida, 2018).

Dentre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, as pesquisas pontuam: estruturas partidárias (Almeida, 2018), falta de compromisso de seguir as leis de gênero na política (Antoniuk, 2015; Opoku; Anyango; Alupo, 2018); falta de vontade de velhos políticos que impedem as mudanças no sistema (Antoniuk, 2015); obrigações familiares, falta de confiança e falta de credibilidade (Bogdanović, 2016); falta de recursos financeiros para as mulheres a fim de auxiliar nos custos de atividades políticas; ambiente político marcado por violência, o que desencoraja a participação de mais mulheres (Opoku; Anyango; Alupo, 2018); estereótipo de que as mulheres devem ser femininas (Riley, 2019) ou são gentis demais para a política (Bogdanović, 2016).

Para melhorar a representação de mulheres na política, de acordo com a pesquisa de Antoniuk (2015), é necessário adotar uma legislação apropriada e realizar uma ampla campanha na comunidade para a aceitação pública e suporte às candidatas. Além disso, Almeida (2018) propõe que a participação de mulheres em grupos independentes seria uma alternativa às dificuldades enfrentadas por elas nos partidos políticos.

Algumas pesquisas buscaram verificar se a participação anterior de mulheres na política ou em outros espaços de poder influencia na posterior eleição de outras mulheres (Baskaran; Hessami, 2018; Suzuki; Avellaneda, 2018; Kalaramadam, 2018). Como resultados, as mulheres avançam mais se anteriormente

os cargos forem ocupados por outras mulheres. Isso se dá pelo fato de que o sucesso de uma mulher na política diminui o preconceito do voto nas candidatas (Baskaran; Hessami, 2018).

Por fim, as pesquisas mostraram que as mulheres têm uma participação significativa na política informal, como em ONGs e movimentos, e podem ser uma boa oportunidade para a inserção de mais mulheres na política. Bogdanović (2016) verificou que as mulheres possuem um maior engajamento no ativismo político e seu efeito que fazem elas passarem de invisíveis para visíveis na sociedade. Já Moniruzzaman e Farzana (2019) perceberam que a participação informal, como em ONGs, das mulheres em países muçulmanos da Ásia Central registra melhor visibilidade para as mulheres na política.

Portanto o que se percebe, ao analisar as pesquisas dessa temática, é que as mulheres são sub-representadas na política, com pouca participação delas nesse ambiente e enfrentam muitas dificuldades quando adentram esse ambiente.

5 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA POLÍTICA

De acordo com Krook (2018a), em 2012, a Bolívia foi o primeiro país do mundo a criminalizar a violência sofrida pelas mulheres na política. Após esse fato, a temática começou a ser abordada nas convenções, bem como a ser tratada em pesquisas acadêmicas, com o objetivo de conceituar o fenômeno, teorizar a origem, mapear suas formas de manifestação e criar soluções para combatê-la. Piscopo (2016) reforça a importância e urgência da abordagem sobre violência contra as mulheres na política.

A violência contra as mulheres na política (VCMP) pode ser considerada como uma ameaça à democracia, devendo haver iniciativas do Legislativo dos países para combater a violência e maior mobilização da mídia para expor e combater os casos (Krook; Sanín, 2016a; Krook, 2018b).

Porém a conceptualização desse fenômeno ainda possui ambiguidades (Krook; Sanín, 2019). De acordo com Ballington (2018), mesmo com a gravidade e com o aumento da violência contra as mulheres na política, não há estatísticas globais ou mensurações disponíveis na prevalência e incidência, bem como não há um senso comum nas definições e indicadores.

Dessa forma, Piscopo (2016) faz críticas ao artigo escrito por Krook e Sanín (2016a) na conceituação do fenômeno da violência contra as mulheres

na política, afirmando que as autoras aceitaram as definições do fenômeno feita por ativistas. Além disso, defende que esse fenômeno pode ser explicado pela violência contra políticos e pela violência na sociedade. Por fim, Piscopo defende que alguns autores negligenciam o contexto sociopolítico mais amplo e ignoram a complexidade da violência, a impunidade e a capacidade do Estado na América Latina.

Em um novo artigo, Krook e Sanín (2016b) respondem os questionamentos de Piscopo (2016). As autoras defendem a união entre a teoria e a prática na conceptualização dos fenômenos e afirmam que a pesquisa foi realmente inspirada pelo trabalho de mulheres políticas e ativistas, usando seus entendimentos como ponto de partida para a análise, porém se baseando em literaturas acadêmicas. Além disso, sustentam que a violência contra as mulheres na política é um fenômeno separado da violência contra políticos e da sociedade em geral, já que tem a intenção de mostrar para as mulheres e a sociedade que elas não deveriam fazer parte da política.

Krook e Sanín (2016b) explicam que, enquanto as ativistas na América Latina enquadraram a violência contra as mulheres na política como crime eleitoral, esses atos certamente devem ter dimensões criminais, representando um sério desafio à democracia, direitos humanos e igualdade de gênero. Defendem que a legislação pode ser valiosa, mesmo se houver pouca implementação, pois a lei estabelece que o comportamento em questão está errado, validando a VCMP como um problema e capacitando as vítimas para obter alguma medida de justiça, ainda que imperfeita.

Nesse sentido, Krook e Sanín (2019) consideram a violência contra as mulheres na política como originada da violência estrutural e como uma barreira para a participação das mulheres na política. As autoras então desenvolveram uma abordagem empírica para identificar casos de violência contra as mulheres. Foram identificados cinco tipos de VCMP: física, psicológica, sexual, econômica e semiótica.

Detectaram-se seis critérios para identificar a violência: o ofensor faz comentários orais, declarações escritas ou gestos de discriminação; o ofensor deixa desenhos, símbolos ou grafites discriminantes; a vítima estava engajada em atividades relacionadas com seu grupo identitário; o ofensor estava previamente envolvido em um incidente similar ou é membro de grupo de ódio; grande parte

da comunidade percebe o evento como discriminação; e a vítima foi avaliada negativamente de acordo com o padrão (Krook; Sanín, 2019).

As autoras defendem que o conhecimento das várias formas de violência auxilia no desenvolvimento das soluções, com novas legislações e na revisão das já existentes (Krook; Sanín, 2019).

Com isso, verificou-se que há diferentes violências vivenciadas pelas diferentes mulheres na política, podendo a teoria interseccional ser utilizada como base para a definição desse fenômeno. A justificativa é que as mulheres não possuem apenas uma identidade, sendo impactadas de diversas formas pela intersecção de estruturas de opressão (Kuperberg, 2018).

A experiência da violência contra mulher na política pode variar de acordo com o contexto, podendo ser pela habilidade, sexualidade, raça e etnia, religião, linguagem, religião, geografia e posicionamento político. Dessa forma, uma abordagem interseccional da violência contra mulher na política encoraja pesquisas que buscam identificar discursos violentos por grupos marginalizados na política (Kuperberg, 2018).

Apesar dos benefícios da tipificação da violência contra as mulheres na política, essas definições legais apenas levam em consideração parte da perspectiva de como as vítimas experimentam a violência, além de considerar a violência como ações pontuais. Isso quer dizer que, na maior parte dos casos, há diferentes manifestações de violência para a mesma vítima, e isso não é levado em consideração na lei (Sanín, 2018).

Ao analisar a situação britânica acerca da VCMP, verificou-se que a violência contra mulheres na política pode afetar a efetividade do trabalho realizado pelas mulheres na política e ser considerado como uma barreira para o sucesso na carreira política das mulheres. E pode trazer implicações na representação das mulheres, distorcer a conduta política e diminuir a transparência e a responsabilidade (Krook, 2018b).

Já Rheault, Rayment e Musulan (2019) verificaram os insultos e comentários depreciativos que são enviados para pessoas que se envolvem na política e a diferença entre mulheres e homens nos Estados Unidos e Canadá. A pesquisa mostrou que as mulheres que alcançam posições mais altas na política são mais propensas a receber mensagens incivis do que seus colegas homens.

Como soluções para o combate à violência contra as mulheres na política, o Estado não pode oferecer apenas um meio de combater a violência, já que as autoras enfatizam que estratégias multifacetadas são necessárias, envolvendo uma série de atores para combater as muitas formas de atos de violência (Krook; Sanín, 2016b). Dessa forma, a VCMP não deveria ser apenas entendida como uma violação para as mulheres, mas também para a prática eleitoral e para os princípios democráticos (Sanín, 2018).

6 MULHERES NA POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS

Algumas pesquisas abordaram a representação das mulheres políticas nas mídias, sendo realizadas pesquisas na Inglaterra (O’neill; Savigny; Cann, 2016; Murphy; Rek, 2019), no México (Treviño; Bonfiglio, 2016), na Polônia (Zemojtel-Piotrowska *et al*., 2017; Turska-Kawa; Olszanecka-Marmola, 2018), Hungria e Romênia (Norocel, 2018), Malásia (Rajaratnam; Rycker, 2018), Costa Rica (Bejarano, 2019), Indonésia (Susilo; Sugihartati, 2019), Equador (Pérez; Villacis, 2019; Cárdenas, 2019), Espanha (Rodal; Fuertes, 2018).

Pérez e Villacis (2019) acreditam que as mulheres ainda carregam desigualdades de gênero na política e a cobertura da mídia é decisiva na imagem que é apresentada dos candidatos, influenciando a decisão dos cidadãos. Nesse sentido, o que se percebe é que as mulheres que detêm ou aspiram uma posição no governo são avaliadas com base em preconceitos sexistas, para serem desacreditadas pelo seu povo (Treviño; Bonfiglio, 2016).

Embora as mulheres tenham feito um progresso em sua representação na política, seus interesses permanecem estritamente definidos e homogêneos em torno de visões patriarcais tradicionais. As mulheres na política ainda são “alheias”, já que algumas reportagens sobre mulheres se concentram mais na aparência, reduzindo as mulheres a estereótipos, e os homens continuam a dominar as reportagens políticas (O’neill; Savigny; Cann, 2016).

Há então o fortalecimento dos estereótipos de gênero das mulheres pelas mídias (O’neill; Savigny; Cann, 2016; Turska-Kawa; Olszanecka-Marmola, 2018; Susilo; Sugihartati, 2019).

Nesse sentido, as mulheres não são consideradas como pautas relevantes e prioritárias (Bejarano, 2019). Verifica-se que as mulheres estão se tornando menos visíveis. Elas são citadas com menos frequência do que há 20 anos,

quando havia menos mulheres no parlamento. Sobre o foco da cobertura, os deputados homens aparecem 11% mais frequentes em reportagens políticas. Já as mulheres parlamentares aparecem cerca de 14% mais frequentes em reportagens relacionadas à sociedade ou eventos em geral (O’neill; Savigny; Cann, 2016).

Para Norocel (2018), há uma predominância da questão da maternidade para as mulheres que participam da política, reiterando a ideologia conservadora esperada pelo tradicional papel das mulheres.

Rodal e Fuertes (2018) analisam o papel dos 11 noticiários de televisão na construção da imagem de mulheres na política, a partir do caso de Carolina Bescansa, que foi ao Congresso com seu bebê no dia em que o Parlamento espanhol foi constituído. O objetivo foi verificar como as notícias foram divulgadas nos diferentes canais de televisão da Espanha: quais representantes dos partidos políticos entrevistaram, quanto tempo eles receberam a palavra, e qual foi especialmente o argumento utilizado pelos participantes, principalmente para desqualificar a decisão da Bescansa.

Observou-se que Carolina e seu bebê foram os assuntos mais comentados na mídia, naquele dia, sendo caracterizada como frívola que instrumentalizou seu bebê. Pouco foi dito sobre o que ela propôs como tema de debate: a conciliação entre vida pública e privada. O caso de Carolina mostra o estereótipo da mãe-mulher que podem ser criticadas pelo pecado materno: usar seus filhos para alcançar objetivos espúrios, para chamar a atenção das câmeras (Rodal; Fuertes, 2018).

Por outro lado, alguns estudos mostraram melhorias na representação de mulheres na mídia. Rajaratnam e Rycker (2018) mostraram que a representação das mulheres na política na mídia da Malásia mudou de notícias que abordavam estereótipos de gênero para a construção de uma identidade política. E os resultados do estudo de Murphy e Rek (2019) na Inglaterra sugerem que, em média, as mulheres ganharam um pouco mais de cobertura da mídia do que os homens, contrariando alguns estudos que afirmavam que as mulheres candidatas tinham uma cobertura menor na mídia.

7 MULHERES NA POLÍTICA E FEMINISMOS

Na última temática, os artigos tratam de questões relacionadas às mulheres na política com os movimentos feministas e sua efetividade na participação das mulheres nesse ambiente. Os estudos foram realizados no Paraguai (Villarga, 2015), Canadá e Estados Unidos (Maillé, 2015), Estados Unidos (Aygün, 2017) e Inglaterra (Berthezène; Gottlieb, 2019).

As pesquisas trazem dados que mostram que a atuação dos movimentos feministas não apresenta um impacto real no aumento do número de mulheres eleitas na política, reafirmando a necessidade de políticas mais efetivas (Villarga, 2015; Maillé, 2015). Para Villarga (2015), isso pode ser explicado pelo fato de o movimento levantar questões polêmicas (legalização do aborto, reforma agrária, agrotóxicos, adoção entre casais do mesmo sexo) em países com um eleitorado conservador, como o Paraguai, onde foi realizada a pesquisa.

Berthezène e Gottlieb (2019) também pontuam que os partidos conservadores utilizam o discurso político do feminismo neoliberal para a atuação das mulheres na política. Na Inglaterra, muitas mulheres são conservadoras, mesmo apoiando políticas que podem ser entendidas como feministas.

Já no que diz respeito às iniciativas de movimentos femininos, verifica-se que eles trabalham a favor da promoção da mulher na política, porém os grupos resumem suas atividades em uma tentativa de treinar mulheres para a política eleitoral. Esses grupos não mobilizam para a solicitação das cotas de gênero na política, auxiliando na permanência da estrutura que exclui as mulheres do poder (Maillé, 2015).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo a realização de uma revisão sistemática da produção científica internacional sobre mulheres na política, para entender como é estudada essa temática e fomentar futuras pesquisas para a área de administração. Os 42 artigos selecionados para esta pesquisa mostram que há uma diversidade de contextos, de países, de autoria e de abordagens para a temática mulheres na política nas publicações internacionais.

Os artigos foram agrupados em quatro categorias, de acordo com a familiaridade das temáticas abordadas: participação de mulheres na política;

violência contra as mulheres na política; mulheres na política e representação nas mídias; e mulheres na política, normas sociais e feminismos.

Na categoria “Participação de mulheres na política”, percebeu-se que há uma sub-representação de mulheres em todos os países estudados, comprovando que a política ainda é uma arena dominada pelos homens e pelo masculino. Por conta disso, as mulheres vivenciam dificuldades e têm que lidar com estereótipos de gênero nesse ambiente.

Além disso, verificou-se que há a implementação de políticas públicas em vários países, principalmente de cotas, na tentativa de aumentar a representação delas. Porém os estudos mostram que essas tentativas falharam e não resultaram em um aumento significativo das mulheres na política. Por fim, verificou-se que há uma participação das mulheres na política informal, como em ONG’s e outros movimentos, sendo considerada como uma opção de inserção das mulheres na política.

Sobre a categoria “VCMP”, verifica-se que ainda é uma abordagem em construção, com a tentativa dos pesquisadores na conceituação, mensuração e criminalização da violência contra as mulheres nesse espaço. Apesar dos estudos verificarem que a violência ocorre em todo o mundo, ainda são poucos os países que possuem uma legislação e a reconhecem criminalmente. É interessante notar que Krook apresenta cinco estudos, podendo ser considerada como referência no assunto.

Acerca de “Mulheres na política e representação nas mídias”, a maioria dos estudos comprovou o fato de as mulheres serem menos pautadas em assuntos sobre a política, sendo retratadas pelos estereótipos de gênero nas mídias, abordados principalmente sobre sua aparência, idade, maternidade, os relacionamentos familiares ou amorosos. Ou seja, a mídia quando trata de mulheres candidatas ou eleitas, traz assuntos não relacionados à política.

Por último, a categoria “Mulheres na política e feminismos” apresenta a importância dos movimentos feministas na participação das mulheres na política. Porém verifica-se que a atuação das feministas não apresenta um impacto real no aumento do número de mulheres eleitas na política, e isso pode ser explicado pelos obstáculos enfrentados por elas para serem eleitas, por tratarem de assuntos polêmicos e tentarem modificar questões conservadoras da sociedade.

Portanto este estudo contribui ao analisar a literatura sobre as mulheres na política evidenciando que as pesquisas sobre essa temática estão aumentando internacionalmente e que são múltiplas as abordagens, os contextos e categorias temáticas que podem ser estudadas nesse ambiente ainda dominado pelos homens.

Para futuras pesquisas, sugere-se que sejam realizados estudos sobre as estruturas partidárias, que, segundo Almeida (2018), são ainda um obstáculo para a presença de mulheres na política. Além disso, realizar estudos em espaços como ONGs, que, de acordo com Moniruzzaman e Farzana (2019), registram melhor visibilidade para as mulheres na política.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. D. F. P. Women mayors in Portugal: a case study in political representation and citizenship. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 68, p. 27–42, 2018.
- ANTONIUK, L. A new vision of Ukrainian politics or another political trick: reflections on the role of the electoral quota for women in Ukraine and its results. *Eastern Journal of European Studies*, v. 6, n. 2, p. 131–158, 2015.
- AYGÜN, A. Social norms and women in the labor force. *Bogazici Journal: Review of Social, Economic & Administrative Studies*, v. 31, n. 1, p. 43–58, 2017.
- BALLINGTON, J. Turning the tide on violence against women in politics: how are we measuring up?. *Politics & Gender*, v. 14, n. 4, p. 695–701.
- BARDALL, G. Symbolic violence as a form of violence against women in politics: a critical examination. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 65, n. 238, p. 379–389, 2019.
- BARROW-GILES, C. Beyond the status quo, centring women in the Westminster system in the Commonwealth Caribbean: a preliminary analysis. *Commonwealth & Comparative Politics*, v. 53, n. 1, p. 49–70, 2015.

- BASKARAN, T.; HESSAMI, Z. Does the election of a female leader clear the way for more women in politics? *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 10, n. 3, p. 95–121, 2018.
- BEJARANO, S. M. Derechos políticos de las mujeres: una incipiente acción afirmativa en Costa Rica. *Historia y Comunicación Social*, v. 24, n. 1, p. 29–41, 2019.
- BERTHEZÈNE, C.; GOTTLIEB, J. V. Considering conservative women in the gendering of modern British politics. *Women's History Review*, v. 28, n. 2, p. 189–193, 2019.
- BIROLI, F.; QUINTELA, D. F. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, n. 53, p. 72–89, 2020.
- BOGDANOVIĆ, M. Women in politics: the case of Serbia. *Sociologija*, v. 58, n. 1, p. 113–125, 2016.
- CÁRDENAS, G. P. Women in the legislative power of Ecuador: analysis from verbal and non-verbal communication. *Revista de Comunicación de la SEECI*, v. 49, p. 81–102, 2019.
- GODDARD, D. Entering the men's domain?: gender and portfolio allocation in European governments. *European Journal of Political Research*, v. 58, n. 2, p. 631–655, 2019.
- INGUANZO, I. Las mujeres en las esferas políticas asiáticas. *Análisis Político*, v. 29, n. 86, p. 74–94, 2016.
- KALARAMADAM, S. Presence into participation and representation: gender quotas in local governance in India. *Journal of South Asian Development*, v. 13, n. 1, p. 1–23, 2018.
- KROOK, M. L. Violence against women in politics: a rising global trend. *Politics & Gender*, v. 14, n. 4, p. 673–675, 2018a.
- KROOK, M. L. Westminster too: on sexual harassment in British politics. *The Political Quarterly*, v. 89, n. 1, p. 65–72, 2018b.

- KROOK, M. L.; SANIN, J. R. Gender and political violence in Latin America: concepts, debates and solutions. *Política y gobierno*, v. 23, n. 1, p. 127–162, 2016a.
- KROOK, M.; SANIN, J. R. Violence against women in politics: a defense of the concept. *Política y gobierno*, v. 23, n. 2, p. 459–490, 2016b.
- KROOK, M. L.; SANÍN, J. R. The cost of doing politics?: analyzing violence and harassment against female politicians. *Perspectives on Politics*, v. 18, n. 3, p. 740–755, 2019.
- KUPERBERG, R. Intersectional violence against women in politics. *Politics & Gender*, v. 14, n. 4, p. 685–690, 2018.
- JENSENIUS, F. R. Competing inequalities?: on the intersection of gender and ethnicity in candidate nominations in Indian elections. *Government and Opposition*, v. 51, n. 3, p. 440–463, 2016.
- MAILLÉ, C. Feminist interventions in political representation in the United States and Canada: training programs and legal quotas. *European journal of American studies*, v. 10, n. 10–1, 2015.
- MONIRUZZAMAN, M.; FARZANA, K. F. Religion, society and gendered-politics in Central Asia: a comparative analysis. *Intellectual Discourse*, v. 27, n. 1, p. 745–766, 2019.
- NOROCEL, O. C. Antifeminist and “truly liberated”: conservative performances of gender by women politicians in Hungary and Romania. *Politics and Governance*, v. 6, n. 3, p. 43–54, 2018.
- MURPHY, J.; REK, B. Candidate gender and the media attention in the 2015 UK general election. *Parliamentary Affairs*, v. 72, n. 2, p. 290–311, 2019.
- O’NEILL, D.; SAVIGNY, H.; CANN, V. Women politicians in the UK press: not seen and not heard? *Feminist Media Studies*, v. 16, n. 2, p. 293–307, 2016.

- OPOKU, M. P.; ANYANGO, B.; ALUPO, B. A. Women in politics in Kenya: an analysis of participation and barriers. *Multidisciplinary Journal of Gender Studies*, v. 7, n. 1, p. 1506–1530, 2018.
- PISCOPO, J. M. State capacity, criminal justice, and political rights: rethinking violence against women in politics. *Política y gobierno*, v. 23, n. 2, p. 437–458, 2016.
- RHEAULT, L.; RAYMENT, E.; MUSULAN, A. Politicians in the line of fire: incivility and the treatment of women on social media. *Research & Politics*, v. 6, n. 1, p. 1–7, 2019.
- SCHMIDT, G. D. Are open or closed lists better for women?: comparing Lima and the provinces in Peru. *Apuntes*, v. 86, p. 147–169, 2020.
- RODAL, A. B.; FUERTES, M. S. The personal is political: a baby in the session of constitution of the general courts: the television treatment of the case of Carolina Bescansa and her son. *Vivat Academia*, n. 142, p. 79–96, 2018.
- SANÍN, J. R. The law and violence against women in politics. *Politics & Gender*, v. 14, n. 4, p. 676–680, 2018.
- SUSILO, D.; SUGIHARTATI, R. Being power and powerless: dynamics on Indonesian women’s minister. *Humanities & Social Sciences Reviews*, v. 7, n. 5, p. 551–555, 2019.
- SUZUKI, K.; AVELLANEDA, C. N. Women and risk-taking behaviour in local public finance. *Public Management Review*, v. 20, n. 12, p. 1741–1767, 2018.
- RILEY, E. J. The Politics of Teranga: gender, hospitality, and power in Senegal. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 42, n. 1, p. 110–124, 2019.
- TREVIÑO, M. E. F.; BONFIGLIO, J. M. I. Desigualdad de género en la política mexicana. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 24, n. 3, p. 923–953, 2016.

TURSKA-KAWA, A.; OLSZANECKA-MARMOLA, A. Stereotypes determining perceptions of female politicians: the case of Poland. *Politics in Central Europe*, v. 14, n. 3, p. 7–30, 2018.

VILLARGA, S. C. De residentas a presidentas: la procelosa participación de la mujer paraguaya en la política y la emergencia del movimiento político feminista Kuña Pyrenda. *Ciencia Política*, v. 10, n. 20, p. 219–241, 2015.

ZEMOJTEL-PIOTROWSKA, M. A. *et al.* Corruption and sexual scandal: The importance of politician gender. *Annals of Psychology*, v. 33, n. 1, p. 133–141, 2017.